

DETERMINANTES MACROECONÔMICOS DA POPULARIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS CICLOS POLÍTICOS ELEITORAIS (2003-2010)

Pedro Raffy Vartanian

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutor em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP). Professor de Economia da UPM.

E-mail: pedro.vartanian@mackenzie.br

Raphael Almeida Videira

Graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e doutor em Economia pela FGV. Professor de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: raphael.videira1@mackenzie.br

Resumo

Este trabalho busca analisar a relação entre a popularidade do presidente e algumas variáveis macroeconômicas, sob a óptica da teoria de ciclos políticos eleitorais. A escolha das variáveis macroeconômicas foi baseada em alguns trabalhos existentes na literatura econômica, tais como: Harrison e Marsh (1998) (para a taxa de juros), Carlsen (2000) (para a taxa de desemprego) e Chang, Ying e Hsieh (2009) (para o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB). A análise realizada neste trabalho concentra-se na utilização da metodologia VAR e compreende o período entre 2003 e 2010. Os resultados encontrados sugerem adequação com a literatura econômica para as variáveis de taxa de desemprego (relação negativa com a popularidade), tal como visto em Carlsen (2000), e para o crescimento do produto (relação positiva com a popularidade), tal como visto em Chang, Ying e Hsieh (2009). Já para a variável de taxa de juros, a relação é negativa com a popularidade, e esse é um resultado distinto do encontrado em Harrison e Marsh (1998), quando os autores não encontraram evidências a esse respeito.

Palavras-chave: Ciclos políticos eleitorais; Popularidade; VAR.

1

INTRODUÇÃO

Em uma eleição com vários candidatos, a principal motivação existente é sinalizar para o eleitorado as suas qualidades, seu conhecimento e suas realizações durante mandatos passados ou mesmo no mandato atual, no caso de esse candidato concorrer à reeleição. Os políticos que já estão no poder e tentam a reeleição procuram sinalizar aos eleitores que o seu governo é exatamente o que eles desejam e necessitam. Portanto, os governos irão atuar de forma a sinalizar a sua competência, o seu altruísmo ou até mesmo o seu compromisso com metas fiscais para o eleitorado em questão, fazendo que a vitória nas urnas se torne mais fácil. Na literatura econômica, essa situação é conhecida como ciclos políticos eleitorais.

Essa vertente da literatura econômica possui origem no trabalho de Downs (1957). Em seu livro, o autor busca modelar a relação entre incumbentes e sociedade, na busca da maximização do bem-estar social. Nesse modelo, a interação entre políticos e sociedade ocorre quando esta última elege seus governantes, e os que possuem mais chances de sair vitoriosos são aqueles que aumentam o bem-estar (utilidade) da sociedade, especialmente com relação à renda dos indivíduos, comparativamente ao resultado de seus opositores. A função definida para os partidos políticos que estão no poder compreende, além das políticas públicas, atender aos anseios individuais de poder e prestígio.

Posteriormente, Nordhaus (1975), com base no modelo desenvolvido por Downs (1957), introduziu uma vertente importante na literatura econômica, chamada teoria de ciclos políticos eleitorais, e Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) incorporaram a questão das expectativas racionais ao trabalho desenvolvido por Nordhaus (1975).

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar a influência dos resultados macroeconômicos sobre as pesquisas de opinião pública de aprovação do presidente da República sob a teoria de ciclos políticos eleitorais. Mais precisamente, as pesquisas de opinião funcionariam como um instrumento de observação do apoio da população às medidas adotadas pelo governo, e como estas poderiam funcionar como um incentivo positivo para, por exemplo, a eleição de um membro aliado ao governo ou mesmo a reeleição do governante que adota tais medidas macroeconômicas.

O trabalho tem como hipótese o fato de que o comportamento de variáveis macroeconômicas selecionadas implica efeitos importantes sobre a popularidade do presidente da República. Existem alguns trabalhos relacionados à literatura de ciclos políticos eleitorais que avaliam a influência de mudanças de política macroeconômica sobre determinadas variáveis e como tais mudanças acabam influenciando a popularidade do governo e, conseqüentemente, o seu sucesso nas eleições. Tais variáveis foram selecionadas a partir de trabalhos de Harrison e Marsh (1998), Carlsen (2000), Lewis-Beck e Stegmaier (2000) e Chang, Ying e Hsieh (2009).

Harrison e Marsh (1998) reestimam um modelo proposto por Borooah e Borooah (1990) em que analisam a relação da popularidade do governo irlandês com relação às flutuações em diversas variáveis econômicas, entre elas a taxa real de juros. Já Carlsen (2000) investiga a existência de relação entre a popularidade do governo e as taxas de inflação e de desemprego. A hipótese do autor é que os choques em tais variáveis afetam diferentemente os partidos de ideologias distintas (partidos de esquerda prezam menor desemprego,

enquanto partidos de direita, menor inflação). Já Lewis-Beck e Stegmaier (2000), realizam uma resenha crítica para uma amostra selecionada de países e investigam a influência de diversas variáveis econômicas (entre elas, o crescimento do produto e a taxa de juros) sobre a popularidade do governo irlandês. Chang, Ying e Hsieh (2009) investigam a relação entre a popularidade do governo e variáveis macroeconômicas (crescimento do produto, gastos do governo, entre outras variáveis) para um painel de países africanos no período entre 1975 e 2005.

Assim, considerando as variáveis selecionadas com base nessa revisão da literatura (taxa de desemprego, PIB e taxa de juros), espera-se uma relação positiva entre PIB e popularidade, e negativa entre as demais variáveis e a satisfação da sociedade com relação ao governante.

Em termos metodológicos, será aplicado um modelo econométrico de vetores autorregressivos (modelo VAR), com o objetivo de verificar o impacto das variáveis macroeconômicas como taxa de juros, PIB e desemprego sobre o grau de satisfação da sociedade com o presidente da República. A aplicação do modelo permitirá identificar os efeitos de mudanças nas variáveis, como uma redução no desemprego, sobre a popularidade do governante, e alcançar o objetivo desta pesquisa.

Para tanto, além desta introdução, o artigo apresenta, na próxima seção, uma detalhada revisão de literatura sobre ciclos políticos eleitorais. Já a terceira seção enfoca a metodologia aplicada no presente trabalho, incluindo uma breve apresentação dos dados utilizados. Na quarta seção, são apresentados os resultados do modelo econométrico estimado e uma breve discussão. Finalmente, a quinta seção apresenta as considerações finais.

2

ASPECTOS TEÓRICOS DOS CICLOS POLÍTICOS ELEITORAIS

A teoria de ciclos políticos eleitorais é formada por duas correntes principais, e ambas utilizam a curva de Phillips como principal instrumento de análise. A primeira, proposta por Nordhaus (1975), destaca a capacidade do governante em influenciar resultados econômicos em períodos imediatamente anteriores à eleição para, em seguida, realizar os ajustes relativos ao desvio.

Para o autor, as flutuações econômicas, especialmente em períodos eleitorais, estão relacionadas com desvios de política econômica por parte dos governantes que são conduzidas com o objetivo de vencer as eleições. Dessa forma, no período anterior às eleições, o governante manipula a taxa de desemprego ao menor nível possível com o objetivo de sinalizar a sua competência como administrador à sociedade em detrimento dos altos custos inflacionários que uma medida como essa causaria. Após o término das eleições, essa política é abandonada, e a taxa de inflação, reduzida.

Para que esse mecanismo funcione, Fialho (1999) fundamenta o seu modelo em algumas hipóteses. A primeira delas é a de que os partidos políticos não conseguem se diferenciar uns dos outros e todos eles almejam o poder e a vitória nas eleições. A segunda hipótese fundamental é a de que a memória dos eleitores é praticamente nula no ato da eleição, fazendo que o ciclo político se torne um evento que os eleitores não possuem capacidade para processar. Dessa forma, os eleitores podem ser considerados míopes ou ingênuos. A terceira e última hipótese é a capacidade inequívoca do governo em controlar a demanda agregada de forma a interferir no resultado econômico daquela sociedade. Baseado nesse modelo, Nordhaus (1975) realiza um teste empírico para o período compreendido entre 1947 e 1972, para uma amostra de nove países (Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, Nova Zelândia, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos), na qual compara as taxas de desemprego em períodos eleitorais e pré-eleitorais. Os resultados encontrados pelo autor não evidenciam a hipótese sugerida pelo modelo, pois, entre os países analisados, apenas Alemanha, Nova Zelândia e Estados Unidos indicaram essa correspondência.

Posteriormente, o modelo desenvolvido por Nordhaus (1975) foi utilizado como base para diversos artigos que buscaram realizar testes empíricos envolvendo tais premissas e suas consequências teóricas.

MacRae (1977), baseado no modelo de Nordhaus (1975), propõe um avanço ao considerar não apenas eleitores míopes, mas também eleitores que se comportam de forma estratégica no curto prazo com o objetivo de atingir o equilíbrio de longo prazo. O teste empírico realizado por esse autor considera a economia norte-americana entre 1957 e 1972. Nesse período, são analisados quatro subperíodos (1957-1960, 1961-1964, 1965-1968 e 1969-1972), em que os presidentes eleitos foram Eisenhower (republicano), Kennedy (democrata), Johnson (democrata) e Nixon (republicano). Os resultados encontrados podem ser separados em dois grandes grupos. A hipótese de eleitores que votam estrategicamente explica melhor os resultados nos primeiro e quar-

to períodos, pois o seu erro de previsão é menor do que a hipótese de eleitores míopes com relação à taxa de desemprego. Já para os segundo e terceiro períodos, a análise realizada indica exatamente o contrário.

Tufte (1978) fez um dos principais trabalhos nessa linha. Seu trabalho é composto de vários casos, com destaque para a economia americana no período de 1948 a 1976. Para o autor, o comportamento eleitoral dos agentes está ligado à situação em que a economia atravessa no momento em que ocorrem as eleições. A dinâmica desse jogo é estabelecida com os políticos tentando atender às demandas do seu eleitorado para aumentar as chances de permanecer no poder. A análise realizada – quantitativa e qualitativamente – com os mais diversos tipos de dados (indicadores macroeconômicos, documentos do governo, pesquisas etc.) identificou um padrão nos ciclos econômico-políticos que mostra o crescimento da renda disponível em anos eleitorais e uma queda em anos que não ocorrem eleições. Além disso, a taxa de desemprego apresenta uma queda em anos eleitorais.

Outros estudos analisam empiricamente o modelo proposto por Nordhaus (1975). Haynes e Stone (1989) testam a presença de ciclos políticos eleitorais no PIB real, nas taxas de desemprego e inflação, além dos instrumentos de política econômica como crescimento da oferta de moeda e superávit orçamentário. Os resultados evidenciam a presença de ciclos políticos eleitorais para a economia americana, tanto nas variáveis econômicas como nos instrumentos de política econômica no período compreendido entre 1951 e 1986. Alesina, Cohen e Roubini (1992) investigam a existência de ciclos políticos eleitorais para uma amostra de 18 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (1960-1987), tanto pelo modelo tradicional como pela óptica das expectativas racionais. Analisando os dados, os autores encontraram a presença (ainda que em magnitude reduzida) de ciclos políticos eleitorais com expectativas racionais e rejeitaram a hipótese defendida por Nordhaus (1975), com exceção para Alemanha e Nova Zelândia. Uma conclusão desse trabalho é que o ciclo político é mais fácil de ser atingido com relação aos instrumentos de política econômica (expansão monetária e fiscal) do que propriamente aos resultados da economia (aumento do produto ou redução na taxa de desemprego).

Schuknecht (1996) testa a influência da política fiscal sobre o comportamento dos incumbentes em ano eleitoral, em 24 países em desenvolvimento, para o período de 1973 até 1992. O instrumento mais utilizado pelos incumbentes é o aumento de gastos públicos, e a sua justificativa para esse fato é a pouca representatividade das instituições de controle desses gastos. O autor ainda contrapõe seu argumento ao fato de que, em economias mais desenvolvidas e, conseqüentemente, em suas instituições, os ciclos políticos ten-

dem a ser menos significantes. Os resultados encontrados pelo autor sugerem que as eleições têm efeitos significativos sobre a política fiscal.

Ainda na literatura de ciclos políticos eleitorais, existe uma corrente em que se destaca o artigo escrito por Hibbs (1977). Nesse trabalho, a diferença para Nordhaus (1975) reside na presença de um componente ideológico na formulação de políticas econômicas, ou seja, em Hibbs (1977), a curva de Phillips (que ilustra o *trade-off* entre taxa de inflação e desemprego) é utilizada tal como em Nordhaus (1975), porém são assumidas diferenças entre os partidos políticos norte-americanos. Essa vertente da teoria de ciclos políticos eleitorais tem origem no trabalho realizado por Hibbs (1977). Em seu trabalho, o autor adota o mesmo instrumental econômico utilizado por Nordhaus (1975): a curva de Phillips. Além disso, também trabalha com a hipótese que baseia o trabalho de Nordhaus (1975): os eleitores se comportam de forma ingênua ou *naive*.

Nesse contexto, surge a grande diferença do modelo desenvolvido por Hibbs (1977). Ao contrário de Nordhaus (1975), o autor sugere a existência de uma diferença ideológica entre os partidos políticos de esquerda e de direita. Os partidos de esquerda irão tentar minimizar a questão do desemprego, e essa é prioritária para os grupos que apoiam esse partido, ou seja, especialmente a população de renda inferior. Já com relação aos partidos de direita, a preocupação constante é com a redução da inflação para níveis mais baixos, pois esse é um fator que gera grande interesse por parte dos trabalhadores de alta renda. Com relação a essa questão, Preussler e Portugal (2003, p. 183) criticam Hibbs (1977), pois este “parece ignorar que os assalariados são os maiores prejudicados com o aumento do nível geral de preços, pois possui uma menor parte da sua renda investida em ativos que lhes protejam da inflação”.

As evidências empíricas que o autor fornece em seu trabalho ilustram a perspectiva de que países com maior duração de governos ditos de esquerda tendem a ter menor nível de desemprego, porém um maior nível de inflação. Esse estudo foi realizado para 12 países durante o período de 1960 até 1969. Além dessa análise, o autor realizou um estudo de séries de tempo para o período pós-guerra de dois países específicos: Grã-Bretanha e Estados Unidos. Em ambos os países analisados, existiu a troca de comando partidário no período, tanto de trabalhistas para conservadores na Grã-Bretanha como de democratas para republicanos nos Estados Unidos. Os resultados encontrados pelo autor são de que a mudança na política voltada ao desemprego é muito mais rápida na transição de partidos britânicos do que entre os partidos norte-americanos. Essas diferenças ocorrem justamente no

fato de que a estrutura política norte-americana é muito menos centralizada no partido e mais heterogênea, de tal sorte que a imposição de uma mudança é mais demorada e enfrenta mais obstáculos que na Grã-Bretanha.

O estudo realizado por Hibbs (1977), porém, foi refutado pelo trabalho de Beck (1982). Nesse artigo empírico, Beck (1982) estuda o impacto da escolha do partido político sobre a taxa de desemprego nos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra Mundial. Além de a magnitude dos efeitos encontrados ser de praticamente menos da metade dos resultados encontrados por Hibbs (1977), Beck (1982) sinaliza que os partidos políticos produzem efeitos sobre a economia, porém tais partidos podem pertencer a coalizões distintas, sendo apoiados por diversos segmentos da sociedade e não necessariamente sempre pelo mesmo segmento ao longo de todos os seus governos. Além dessa crítica conceitual, outra crítica caminha no sentido de que o impacto muito grande no desemprego não leva em consideração que o setor privado se ajusta muito rapidamente às mudanças na política econômica. Essa seria a hipótese de Sargent e Wallace (1976), ou seja, a hipótese de que os agentes não são surpreendidos sistematicamente com relação às decisões de política econômica. Essa hipótese acaba por criar uma vertente dessa teoria, que é a de ciclos políticos com expectativas racionais. Comparativamente aos modelos analisados anteriormente, os modelos de ciclos políticos eleitorais racionais oportunistas têm como expoentes os textos de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990). Já a corrente partidária dos ciclos políticos racionais tem como destaque os textos de Alesina (1987) e Alesina e Sachs (1988).

Os modelos de ciclos políticos desenvolvidos nos trabalhos de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) podem ser descritos como um avanço em relação ao modelo proposto por Nordhaus (1975), por incorporarem a hipótese de expectativas racionais e pela ampliação de temas, não ficando restritos apenas à taxa de desemprego e à inflação. No modelo teórico desenvolvido por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), o princípio fundamental desenvolvido é que os ciclos políticos eleitorais surgem a partir da assimetria de informações. Entre as hipóteses assumidas, destaca-se a suposição de que o governo que está no poder consegue observar o seu próprio indicador de desempenho de uma determinada variável (impostos, moeda ou gastos do governo) antes que os eleitores o façam. Em períodos eleitorais, a manipulação desse indicador fará que a imagem do governo e a sua sinalização de competência sejam favoráveis a um resultado positivo nas eleições. Por exemplo, quanto menor a quantidade de impostos que o governo arrecadar e maior a quantidade de bens públicos que ele gerar, maior a sua sinalização de competência perante a sociedade.

Tais modelos apontam algumas falhas existentes no modelo desenvolvido por Nordhaus (1975). A primeira falha seria o fato de as eleições serem eventos perfeitamente antecipáveis pelos agentes, portanto qualquer tentativa de aumento sistemático na oferta de moeda não teria efeito real. Já a segunda falha apontada diz respeito ao *timing* da formulação de política. A política macroeconômica é dada no período eleitoral e as decisões dos eleitores deveriam ser baseadas não no momento presente, mas sim em qual candidato ou plataforma fornecerá o maior bem-estar no período posterior à eleição. Rogoff (1990) chama a atenção para a extrapolação desse modelo para estruturas eleitorais alternativas, como é o caso de países onde o incumbente pode convocar eleições antecipadas. Outro modelo semelhante aos propostos por Rogoff (1990) e Rogoff e Sibert (1988) é o desenvolvido por Persson e Tabellini (1990). Nesse modelo, os autores utilizam o conceito de competência de governo relacionado ao resultado da curva de Phillips e a hipótese de informação assimétrica na interação entre eleitores e incumbente. Nesse cenário, os eleitores avaliariam o governo e analisariam sua competência associada a um crescimento maior da economia com uma inflação reduzida. O incumbente irá sinalizar ao seu eleitorado sua competência de modo a conseguir vencer as eleições. Já com relação à corrente partidária, o trabalho desenvolvido por Alesina (1987) incorpora a questão das expectativas racionais para a interação entre o governante e o seu eleitor, e mantém como hipóteses principais a diferença de ideologia e preferências existentes entre os partidos políticos: partidos alinhados com ideologias de esquerda preferem políticas que visem à minimização da taxa de desemprego contrariamente aos partidos de direita, que direcionam a sua política ao combate da inflação em detrimento da taxa de desemprego.

O trabalho de Alesina (1987), no entanto, propõe que essa interação pode ser definida por um modelo muito próximo aos desenvolvidos por Kydland e Prescott (1977) e Barro e Gordon (1983), o que o diferencia do artigo de Hibbs (1977). Com esse modelo, Alesina (1987) destaca não somente qual o sentido da política econômica, minimização do desemprego ou da inflação, mas também a sua trajetória temporal. No curto prazo, a política econômica adotada por um partido poderia maximizar o bem-estar de parte da sociedade, mas, quando ocorre a troca de partido, essa parte da sociedade é prejudicada. Porém, quando existe uma relação de políticas cooperativas no longo prazo, a sociedade inteira é beneficiada, pois existe uma redução na flutuação da economia, ou seja, o ciclo político é minimizado. A adoção de políticas cooperativas de longo prazo pode ser estabelecida por meio de regras de política econômica, sendo essa a contribuição de Kydland e Prescott (1977) e Barro e

Gordon (1983) para o modelo de Alesina (1987). Segundo Price (1997), o modelo desenvolvido por Alesina (1987) motivou diversos estudos empíricos sobre esse tema, como é o caso de Alesina e Sachs (1988). Price (1997) ainda destaca que essa literatura tem outros estudos relacionados, porém a diferença principal seriam as datas das eleições, pois, nesses estudos, estas podem ser definidas pelo próprio governante, ou seja, de maneira endógena. Nesse sentido, podem ser citados estudos como os de Cargill e Hutchison (1991) e Ginsburgh e Michel (1983).

Como apresentado anteriormente, as variáveis selecionadas para o estudo deste artigo estão baseadas em alguns trabalhos (HARRISON; MARSH, 1998; LEWIS-BECK; STEGMAIER, 2000; CARLSEN, 2000; CHANG; YING; HSIEH, 2009) que seguem a linha dos ciclos políticos eleitorais, porém analisam de forma mais profunda a questão da popularidade do governo e sua relação com os resultados econômicos.

Harrison e Marsh (1998) reestimam o modelo proposto por Borooah e Borooah (1990) com técnicas econométricas mais sofisticadas que permitem a análise de raízes unitárias das séries trabalhadas. Partindo desse pressuposto, os resultados encontrados pelos autores evidenciam que os efeitos econômicos das variáveis sobre a popularidade são mais fracos no curto prazo do que os autores originais (BOROOAH; BOROOAH, 1990) poderiam prever. Além do mais, para esse trabalho, os autores não encontram relação significativa entre a taxa de juros e a popularidade do governo.

Lewis-Beck e Stegmaier (2000) fazem uma resenha em que analisam alguns países (Estados Unidos, França, Dinamarca e Grã-Bretanha) e suas funções de popularidade com relação às eleições presidenciais. Nesse caso, os autores analisam as variáveis que interferem diretamente na popularidade do presidente, como inflação, desemprego (para os Estados Unidos) e renda (para a França). De forma geral, os autores concluem que a popularidade do governo é diretamente influenciada por essas variáveis.

Já Carlsen (2000) investiga a existência de relação entre a popularidade do governo e a sua possibilidade das taxas de inflação e de desemprego. O autor investiga essa relação baseado em grandes hipóteses: a hipótese da responsabilidade (em que os governantes são punidos com uma perda de popularida-

de por permitirem uma elevada taxa de inflação e uma alta taxa de desemprego); a hipótese da clientela (em que partidos de esquerda são escolhidos para o combate do desemprego, e partidos de direita, para o combate da elevada inflação); e a hipótese do *salient goal* (em que os eleitores esperam exatamente o contrário do que os partidos podem oferecer). Os testes realizados para os quatro países analisados (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Reino Unido) evidenciam que os resultados econômicos afetam a popularidade do governo, e a relação das variáveis de taxa de desemprego e inflação está intimamente ligada com a ideologia partidária. Dessa forma, partidos de esquerda são mais sensíveis em sua popularidade aos choques na taxa de desemprego, bem como os partidos de direita para a taxa de inflação.

Já Chang, Ying e Hsieh (2009) analisam como a questão da popularidade do governo (aqui representada não por uma pesquisa de opinião, mas sim por uma proporção de votos dos partidos do governo) interfere nas variáveis macroeconômicas para um painel de 11 países africanos. Os resultados sugerem que choques nas variáveis macroeconômicas são responsáveis por aumentos na popularidade do governo, especialmente para as variáveis de crescimento do PIB *per capita*, oferta de moeda e gastos do governo. Esse choque positivo implica até mesmo, segundo os autores, aumento da probabilidade de reeleição dos governantes que estão no poder.

O referencial teórico aqui exposto apresenta distintas visões e estudos sobre a teoria dos ciclos políticos eleitorais. É possível perceber que inúmeras pesquisas contemplam a influência do governante sobre as variáveis econômicas com o objetivo de alcançar a reeleição ou de eleger seu sucessor. Nesse caso, os estudos consideram, em termos de causalidade, a influência do governante sobre a economia. Sob outra abordagem, alguns trabalhos enfatizam a influência das variáveis macroeconômicas sobre a popularidade do governante. Com o conhecimento de quais variáveis são relevantes na popularidade, o governante pode manipular a economia no sentido de se reeleger ou eleger seu sucessor. Já nesse caso a causalidade se dá por meio do comportamento da economia sobre a popularidade do governante. É justamente essa abordagem que a presente pesquisa contempla, o que pode ser observado a partir das variáveis selecionadas e da metodologia utilizada, apresentada em detalhes na próxima seção.

3

METODOLOGIA

3.1 O modelo VAR

Com o objetivo de avaliar a influência de variáveis macroeconômicas sobre a popularidade do presidente da República, pode ser aplicado um modelo de vetores autorregressivos (modelo VAR), desenvolvido inicialmente por Sims (1980), que tem, na literatura econométrica, duas formas de análise de resultados amplamente utilizados: a função de resposta a impulsos e a análise da decomposição da variância dos erros de previsão. A função de resposta a impulsos permite avaliar a trajetória de uma variável, como a popularidade do presidente, diante de um choque (impulso) de um desvio padrão em outra variável estimada no modelo, como a taxa de juros Selic. Desse modo, é possível avaliar a relação dinâmica existente entre as variáveis a partir de choques hipotéticos em uma das variáveis do sistema. Já a decomposição da variância dos erros de previsão permite avaliar a importância relativa de cada variável na determinação da variável de interesse ao longo do tempo. Assim é possível perceber a importância relativa de uma ou mais variáveis sobre a variável de interesse.

O modelo VAR pode ser expresso da seguinte forma:

$$y_t = A_1 y_{t-1} + \dots + A_N y_{t-N} + Bx_t + \varepsilon_t \quad (1)$$

em que:

y_t = vetor de variável endógena;

x_t = vetor de variável exógena;

$A_1 + \dots + A_N$ e B = matrizes dos coeficientes a serem estimados;

ε_t = vetor de inovações autocorrelacionado.

De acordo com a Equação (1), é possível notar que as variáveis defasadas são as variáveis explicativas do sistema. Ao mesmo tempo que as variáveis, no período t , são dependentes, verifica-se que em $t-1$ as variáveis assumem a ca-

racterística de independência. Essa é a principal característica de um modelo VAR, ou seja, as variáveis do sistema explicadas, também, pelo próprio passado. Um dos componentes mais importantes do ponto de vista de previsão de uma variável em um modelo VAR constitui-se na função de resposta a impulsos, representada matematicamente por (ϵ_t) na Equação (1), que é o vetor de inovações autocorrelacionado. A função de resposta a impulsos tem sido a peça central em análises econométricas que se utilizam de modelos VAR, demonstrando o comportamento dinâmico futuro de uma variável no sistema estimado após um choque.

Para os propósitos do presente estudo, a equação do modelo VAR estimado assumiu o seguinte formato:

$$Pop_t = \alpha + \beta_0 Tj_{t-1} + \beta_1 des_{t-1} + \beta_2 Y_{t-1} + \beta_3 Pop_{t-1} \quad (2)$$

em que:

α = constante;

β_0, \dots, β_3 = parâmetros;

Pop = popularidade do presidente da República;

Tj = taxa de juros Selic/over;

des = taxa de desemprego;

Y = PIB.

Para estimar um modelo VAR, é necessário que as séries sejam estacionárias. Para avaliar a estacionariedade das séries, foi aplicado o teste de raiz unitária Dickey Fuller e/ou Dickey Fuller aumentado, conforme Dickey e Fuller (1979). O número de defasagens foi selecionado de acordo com o melhor critério de Schwarz e, adicionalmente, com a escolha do número de defasagens necessária para remover qualquer tipo de correlação serial dos resíduos. Adicionalmente, procedeu-se à escolha do modelo em termos de número de defasagens. O aumento ou a redução no número de defasagens das variáveis independentes pode acarretar instabilidade no modelo e perda de poder preditivo. Nesse sentido, aplicaram-se cinco testes/critérios para a seleção do melhor modelo: teste estatístico LR sequencial modificado com cada erro no nível de 5% de significância, teste do erro de predição final, critério de Akaike,

critério de Schwarz e critério de Hannan-Quinn. Os testes são discutidos de forma detalhada por Lütkepohl (1991). Embora seja possível selecionar o melhor número de defasagens no intervalo $[0, n]$, optou-se pela seleção no intervalo $[1, 3]$ para evitar as implicações de estimar um sistema com um número exageradamente elevado de parâmetros. Definido o número de defasagens adequadas para a estimativa, deve-se avaliar a estabilidade do modelo VAR a partir da análise das raízes inversas do polinômio característico autorregressivo. Se as raízes estiverem dentro do círculo unitário, a estabilidade do modelo está assegurada. Os resultados de todos os testes mencionados serão apresentados e discutidos na quarta seção.

Em termos de análise de resultados da estimativa, serão utilizadas as funções de resposta a impulso, que mostram o comportamento de resposta de uma variável a outra variável. Nesse caso, as funções relevantes são as que demonstram o comportamento dinâmico da popularidade do presidente diante de choques (elevação) na taxa de desemprego, na taxa Selic e no PIB. Adicionalmente, a decomposição da variância dos erros de previsão – outro recurso relevante na análise dos resultados – permitirá detectar a importância relativa de cada variável na explicação do comportamento da popularidade do presidente, conforme mencionado anteriormente.

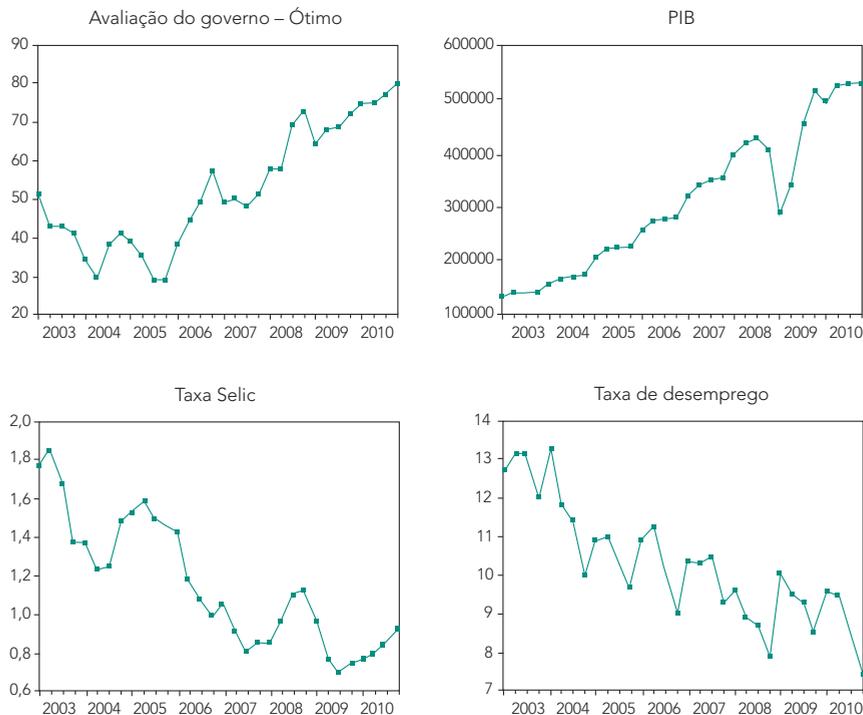
■ 3.2 Dados

Esta subseção tem o objetivo de apresentar os dados utilizados na pesquisa. Desse modo, as variáveis aplicadas na estimativa, efetuada no pacote econométrico Eviews 6.0, serão descritas a seguir com o objetivo de justificar os testes aplicados. Os gráficos com as variáveis podem ser visualizados no Gráfico 1. Destaca-se, portanto, uma breve descrição de cada uma das séries utilizadas na estimativa, bem como a respectiva fonte. Cabe destacar que, como as pesquisas de satisfação do governo são realizadas a cada três meses, as demais variáveis, que tinham periodicidade mensal, foram ajustadas conforme explicitado a seguir.

1. Taxa de desemprego: corresponde à taxa de desemprego aberto da região metropolitana de São Paulo (RMSP), calculada pelo Serviço Estadual de Análise de Dados (Seade). A utilização da taxa de desemprego da RMSP em detrimento da calculada pelo IBGE para as regiões metropolitanas se justifica por uma mudança de metodologia no cálculo do desemprego pela Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE (PME/IBGE) no período imediatamente anterior ao escolhido para pesquisa. Por se tratar de uma variável econômi-

Gráfico 1

Variáveis utilizadas na estimativa no período 2003-2010



Fonte: Banco Central do Brasil (2011), Ipeadata (2011) e CNI (2011).

ca de estoque, foram utilizadas as taxas dos meses de março, junho, setembro e dezembro, para tornar a série compatível com a série da pesquisa de satisfação do governo. A série foi extraída da base Ipeadata (2011).

2. Taxa Selic/over: é a taxa básica de juros da economia brasileira, derivada da taxa determinada nas reuniões do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil. A taxa Selic/over corresponde à taxa média mensal de juros que o governo paga aos bancos que lhe emprestam recursos. Nesse caso, também foram utilizadas as taxas dos meses de março, junho, setembro e dezembro, para torná-las compatíveis com a série da pesquisa de satisfação do governo. A série foi extraída da base de dados do Banco Central do Brasil (2011).

3. Produto Interno Bruto (PIB): constitui o indicador mais representativo da atividade econômica do país. A série utilizada é calculada em dólares pelo Banco Central do Brasil. A série foi extraída da base de dados do Banco Central do Brasil (2011).
4. Percentual de “ótimo” em pesquisa de satisfação eleitoral: essa variável mede o grau de satisfação da população com relação ao seu governante e foi obtida a partir da pesquisa CNI/Ibope, que avalia a opinião da população com relação ao governo federal de forma trimestral. As opções de resposta para a pesquisa são as seguintes: ótimo, regular e ruim/péssimo. Na tabulação dos resultados, é incluído, ainda, o percentual de pessoas que não sabem ou não responderam. Entretanto, esse grupo é pouco representativo, uma vez que, em geral, apenas 1% ou 2% dos entrevistados não sabem avaliar ou não responderam à pesquisa. A série apresenta, portanto, o percentual de respondentes que considera o governante “ótimo”. A fonte dos dados é a pesquisa realizada pela CNI (2011).

A Gráfico 1 apresenta o comportamento das variáveis no período 2003-2010. É possível notar que, no início do período selecionado para essa pesquisa, coincidente com o início do governo Lula, o percentual de respondentes que considerava o governo “ótimo” era de pouco mais de 50%. A popularidade apresentou queda nos anos seguintes e, a partir de 2006, além de recuperar os níveis de início do governo, apresentou tendência crescente, atingindo o percentual de 80% de respondentes que avaliaram o governo como “ótimo”. Com relação às demais variáveis, é possível perceber que tanto a taxa Selic quanto o desemprego apresentaram tendência declinante no período 2003-2010. Por sua vez, a variável PIB apresentou tendência crescente, interrompida somente no período correspondente aos efeitos da crise estadunidense sob a atividade econômica no Brasil, que teve início no fim de 2008 e início de 2009.

4

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente é preciso avaliar a estacionariedade das séries selecionadas para estimar um modelo VAR. Assim, a Tabela 1 apresenta as variáveis selecionadas com os resultados do teste de raiz unitária aplicado para avaliar a presença de raiz unitária. De acordo com os resultados apresentados na Tabela 1, é possível verificar que a série da taxa de desemprego é estacionária. O teste de raiz

unitária permite aceitar a hipótese alternativa (de ausência de raiz unitária) em termos de 5% de significância. Com relação à série do percentual de avaliação “ótimo”, o teste sugere a presença de raiz unitária, uma vez que o valor crítico permite aceitar a ausência de raiz apenas em termos de 10% de significância estatística. Desse modo, efetuou-se uma transformação logarítmica na série, que foi posteriormente diferenciada. O objetivo da transformação logarítmica é uniformizar as variáveis em termos de taxas. Assim, os coeficientes do modelo podem ser interpretados como elasticidade entre eles. Nesse sentido, as séries do desemprego e da taxa Selic não foram transformadas em logaritmos pelo fato de já serem expressas sob a forma de taxas. A primeira diferença do logaritmo da avaliação do presidente mostrou-se estacionária em termos de 1% de significância. A série da taxa Selic mostrou-se fracamente estacionária, já que a hipótese nula de presença de raiz unitária foi aceita apenas em termos de 10% de significância, conforme mostra a Tabela 1. Por esse motivo, a série foi diferenciada. Finalmente, a série do PIB mostrou-se estacionária em termos de 1% de significância. Especificamente em relação a essa série, foi efetuada apenas a transformação logarítmica pelos motivos mencionados anteriormente.

Tabela 1

Teste de raiz unitária Dickey-Fuller aumentado (ADF)

Variável	Defasagens	Constante	Tendência	ADF	Val. crítico 10%	Val. crítico 5%	Val. crítico 1%
Taxa de desemp.	4	sim	sim	-4.208373**	-3.229230	-3.587527	-4.339330
Avaliação (ótimo)	3	sim	sim	-3.420936***	-3.225334	-3.580623	-4.323979
∇ Log [avaliação]	3	sim	não	-4.491514*	-2.627420	-2.976263	-3.699871
Taxa Selic	1	sim	sim	-3.451622***	-3.218382	-3.568379	-4.296729
∇ Taxa Selic	0	sim	não	-3.765503*	-2.621007	-2.963972	-3.670170
PIB	1	sim	sim	-4.737870*	-3.218382	-3.568379	-4.296729

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos cálculos efetuados no pacote econométrico Eviews 6.0.

* Significativo em nível de 1%; ** significativo em nível de 5%; *** significativo em nível de 10%; **** aceitação da hipótese nula de presença de raiz unitária. Valores críticos gerados pelo pacote econométrico citado.

Em termos de seleção do número de defasagens do modelo, quatro dos cinco critérios selecionados indicaram o modelo VAR com uma defasagem como o mais adequado, conforme demonstra a Tabela 2. Apenas o critério de Akaike apontou o modelo com três defasagens como o melhor. Adotando um critério parcimonioso, o modelo VAR foi estimado então com apenas uma defasagem – VAR(1).

Tabela 2

Seleção do número de defasagens do modelo

Ordem VAR	Log likelihood	LR**	EPF***	Akaike	Schwarz	Hannan-Quinn
1 defasagem	47.81685	85.95368*	1.64e-06*	-1.986918	-1.035343*	-1.696012*
2 defasagens	61.40939	18.44702	2.10e-06	-1.814956	-0.102122	-1.291326
3 defasagens	81.80038	21.84749	1.90e-06	-2.128598*	0.345496	-1.372243

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos cálculos efetuados no pacote econométrico Eviews 6.0.

* Seleção de acordo com o critério; ** teste estatístico LR sequencial modificado (cada teste no nível de 5%); *** erro de predição final.

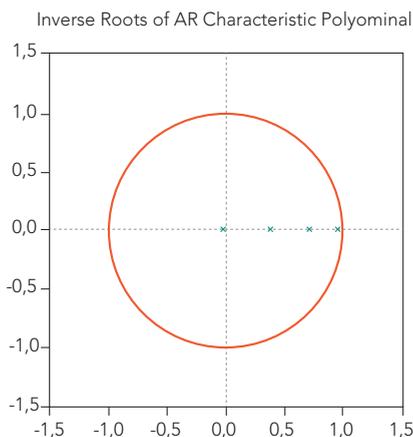
Considerando os distintos critérios de seleção de defasagens que apontaram o modelo VAR(1) como o mais adequado, efetuou-se uma estimativa de acordo com a Equação 2, apresentada anteriormente, e em seguida avaliou-se a estabilidade do modelo por meio das raízes inversas características do polinômio. Assim, conforme mostra o Gráfico 2, as quatro raízes do modelo (uma raiz correspondente a cada variável independente) estão dentro do círculo unitário, o que assegura a estabilidade do modelo.

Diante da estabilidade do modelo VAR, constatada pela análise das raízes do polinômio característico, foram geradas as funções de resposta da popularidade do presidente a impulsos. Vale destacar que foram consideradas quatro possibilidades: um choque (elevação) na taxa de desemprego; um choque (elevação) na taxa Selic; um choque (elevação) no PIB; e, finalmente, um choque (elevação) na própria satisfação da população com o presidente. As funções de resposta a impulsos, apresentadas no Gráfico 3, mostram como a popularidade reage, de forma dinâmica, a cada um desses choques. Nesse sentido, as funções demonstram o comportamento da popularidade em cada um dos períodos subsequentes ao choque. Assim, optou-se por visualizar os efeitos dos

choques dez períodos à frente (dez trimestres) conforme demonstra o eixo horizontal. A linha verde representa a trajetória provável da variável, enquanto as linhas vermelhas constituem bandas de erro da estimativa.

Gráfico 2

Teste de estabilidade do modelo: raízes inversas do polinômio autorregressivo



Fonte: Pacote econométrico Eviews 6.0.

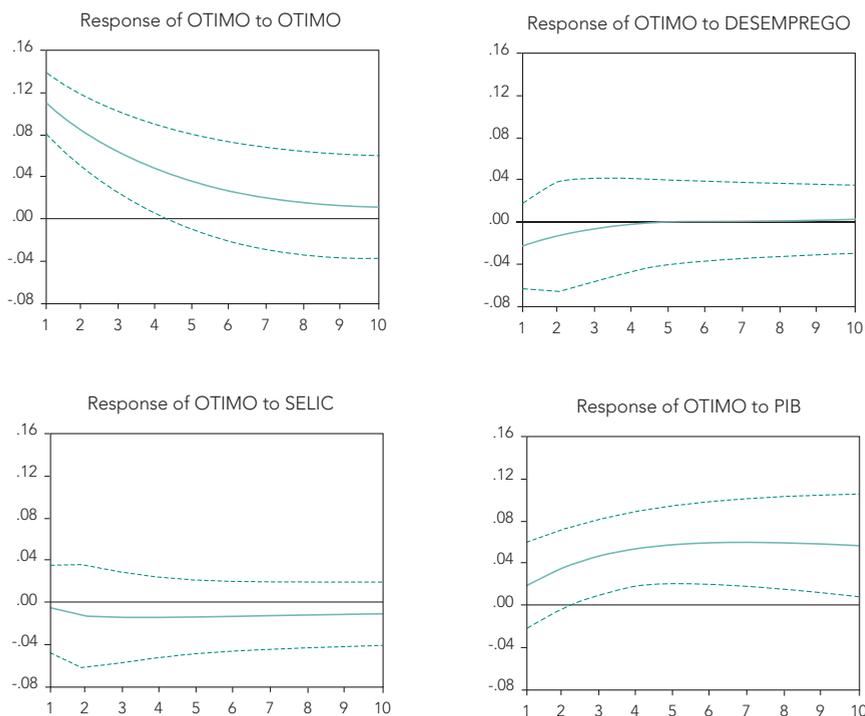
É possível observar, portanto, que um choque na taxa de desemprego provoca queda na popularidade do presidente já na primeira avaliação subsequente, e os efeitos do aumento do desemprego sobre a popularidade se dissipam apenas cinco trimestres depois. Nesse caso, esse resultado está alinhado com o trabalho de Carlsen (2000) em dois aspectos: a hipótese de responsabilidade e seus resultados empíricos. Considerando o desenvolvimento da hipótese de responsabilidade e a ausência de diferenciação de ideologia partidária, o governo é punido com uma redução na sua popularidade por permitir que a taxa de desemprego se eleve. Os resultados de Carlsen (2000) indicam que, para os países analisados em sua amostra, existe uma relação negativa entre a taxa de desemprego e a popularidade do governo, assim como os resultados apresentados neste trabalho. Da mesma forma em Lewis-Beck e Stegmaier (2000), os resultados reportados por Beck (1991) indicam que um aumento na variação da taxa de desemprego proporciona uma redução na popularidade do governo. Já para a Grã-Bretanha, alguns autores encontram evidências

significativas da mesma forma que estão sendo reportadas até aqui. Porém, Sanders (2000) não encontra evidências para a relação apresentada, mas apenas para a variável prospectiva do desemprego (ou seja, uma expectativa de aumento ou redução da taxa de desemprego).

Um choque na taxa Selic tem o mesmo efeito (queda na popularidade), com a diferença de que seus efeitos perduram por um longo período. É possível notar que, no caso da resposta de “ótimo” à taxa Selic, a linha verde não retorna para zero mesmo após dez trimestres, o que significa que os efeitos de um aumento na taxa Selic sobre a popularidade perduram por muito tempo. Esse efeito encontrado é distinto do resultado de Harrison e Marsh (1998) que testaram, entre outras variáveis, a influência da taxa de juros real sobre a popularidade do governo irlandês e não encontraram evidências dessa interação.

Gráfico 3

Funções de resposta da popularidade do presidente a impulsos



Fonte: Pacote econométrico Eviews 6.0.

Com relação aos efeitos do PIB sobre a popularidade, é possível constatar que um choque no PIB apresenta relação direta com a popularidade do presidente. Em outras palavras, a função de resposta a impulsos mostra que um choque no crescimento econômico influencia positivamente a popularidade do governante, e que os efeitos de tal choque sobre a popularidade são duradouros. O efeito do PIB sobre a popularidade é similar ao encontrado no estudo de Chang, Ying e Hsieh (2009), ou seja, um aumento no produto reflete de forma positiva na popularidade do presidente. Resultados similares são encontrados em Lewis-Beck e Stegmaier (2000) para o caso francês, em que a popularidade do governo aumenta ao mesmo tempo que a renda se eleva. Finalmente, é possível identificar também que a popularidade apresenta autorregressividade expressiva, ou seja, diante de um choque na avaliação positiva do governante, a resposta de “ótimo” para um choque em “ótimo” mostra que os efeitos perduram por pouco mais de dez trimestres, quando a variável converge novamente para zero no gráfico.

Tabela 3

Decomposição da variância dos erros de previsão da avaliação “ótimo”

Trimestre(s) após um choque	Avaliação = ótimo	Taxa de desemprego	Taxa Selic	PIB
1	92.87471	4.197353	0.331377	2.596564
2	87.54429	3.531736	1.238002	7.685971
3	80.79327	2.938937	1.920271	14.34752
6	61.48007	1.959125	3.025728	33.53507
12	41.79041	1.315972	3.555808	53.33781

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos cálculos efetuados no pacote econométrico Eviews 6.0.

Complementando a análise efetuada com a utilização das funções de resposta a impulsos, vale destacar a decomposição da variância dos erros de previsão da avaliação “ótimo”, conforme reporta a Tabela 3. A decomposição dos erros de previsão permite classificar a importância relativa de cada variável na

determinação da popularidade ao longo do tempo. Assim, é possível verificar que, no primeiro trimestre após o choque, a taxa de desemprego é responsável por 4,20% de responsabilidade da popularidade, enquanto a taxa Selic e o PIB são responsáveis por 0,33% e 2,60%, respectivamente. Vale destacar que a popularidade do trimestre anterior é responsável por 92,87% do comportamento da popularidade no período corrente. Isso mostra que a popularidade apresenta forte inércia no curto prazo.

A análise da importância relativa das variáveis na explicação da popularidade já se altera nos segundo e terceiro trimestres. No terceiro trimestre, é possível verificar que o PIB tem sua importância ampliada para 14,34%, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego apresenta queda na importância relativa para 2,93%, e a taxa Selic tem sua relevância ampliada para 1,92%. Ainda de acordo com a Tabela 3, é possível perceber que 12 trimestres após um choque, o PIB responde por 53,33% de importância na determinação da popularidade do presidente da República, de forma concomitante a uma queda na participação da própria avaliação, que passa a responder por 41,79%. Em outras palavras, verifica-se que a avaliação do presidente da República é fortemente dependente da própria popularidade no curto prazo. Para prazos longos, contudo, a variável PIB se mostra como a mais relevante na explicação do comportamento da popularidade.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisados, neste estudo, os efeitos de variáveis macroeconômicas sobre a popularidade do presidente da República sob a óptica das teorias dos ciclos políticos eleitorais. Para tanto, após uma revisão detalhada da literatura, que contemplou desde os trabalhos pioneiros de Downs (1957) e Nordhaus (1975) até desdobramentos recentes da teoria, como a inclusão de expectativas racionais de acordo com o estudo feito por Alesina, Cohen e Roubini (1992), a pesquisa efetuou uma estimativa envolvendo dados macroeconômicos em um modelo VAR com o objetivo de identificar eventuais relações entre as variáveis selecionadas e a popularidade do presidente da República.

Os resultados do modelo estimado mostraram uma relação direta entre o crescimento econômico, medido por meio do PIB, e a popularidade do presidente da República. Adicionalmente, notou-se que um aumento no desem-

prego afetou negativamente a popularidade. O mesmo ocorre com a taxa Selic, ou seja, uma política monetária contracionista influenciou negativamente na popularidade do presidente. Esses resultados puderam ser observados por intermédio da utilização da função de resposta a impulsos. Não obstante, a decomposição da variância dos erros de previsão sugere que a popularidade apresenta forte inércia no curto prazo. A avaliação do governante é fortemente influenciada pela avaliação do período imediatamente anterior. No entanto, com o passar do tempo, identificou-se que a participação do PIB na relevância da popularidade do presidente amplia-se substancialmente com o decorrer dos trimestres.

Os resultados encontrados confirmaram a hipótese inicialmente formulada de que o crescimento econômico interfere positivamente na popularidade do presidente. O efeito do PIB é encontrado no estudo de Chang, Ying e Hsieh (2009) e também na resenha realizada por Lewis-Beck e Stegmaier (2000) para o caso francês, em que a popularidade do governo aumenta ao mesmo tempo que a renda se eleva.

Com relação à taxa Selic, o efeito encontrado neste trabalho é que a taxa de juros afeta negativamente a popularidade do presidente. Esse efeito não é estudado com frequência pela literatura econômica, porém, para o caso brasileiro, esse resultado é distinto do apresentado por Harrison e Marsh (1998) para a economia irlandesa. Os autores modelaram a influência da taxa de juros sobre a popularidade do governo e não encontraram evidências dessa interação.

Da mesma forma que para a taxa Selic, a relação entre a taxa de desemprego e a popularidade também é negativa. Esse resultado está em consonância com os trabalhos de Carlsen (2000) e de Beck (1991), em que ambos sinalizam que com o aumento na taxa de desemprego a popularidade do governo em questão irá reduzir. Esse fato ocorre mesmo sem evidenciarmos diferenças significativas de ideologias partidárias, tal como em Carlsen (2000). Ainda nesse sentido, vale a pena destacar que, na resenha de Lewis-Beck e Stegmaier (2000), estudos para a Grã-Bretanha encontram evidências significativas da mesma forma que foram encontradas neste trabalho. Porém, Sanders (2000) não encontra evidências para a relação apresentada, mas da popularidade do governo com a variável prospectiva do desemprego (ou seja, uma expectativa de aumento ou redução da taxa de desemprego).

A despeito da presente pesquisa, vale destacar que o período de análise da ocorrência de ciclos políticos deve ser ampliado no sentido de obtenção de resultados efetivamente conclusivos. Para tanto, é preciso estimar novamente um modelo VAR quando a base de dados for ampliada. Como a pesquisa de

avaliação regular do presidente começou apenas em 1999, não é possível fazer a mesma estimativa para o governo Fernando Henrique Cardoso, pois o número de observações trimestrais no período 1999-2002 (apenas 12) impede a estimativa com o uso de um modelo VAR, que exige um número maior de observações. A estimativa efetuada com dados de apenas dois mandatos de um mesmo presidente constitui uma das limitações da pesquisa. Outra limitação diz respeito à ausência de uma variável de política fiscal. A política fiscal, ao influenciar a demanda agregada da economia, pode influir de forma positiva na popularidade do presidente. No entanto, como o estudo requereu séries temporais com periodicidade trimestral, não foi possível incluir uma variável que capturasse eventuais efeitos da política fiscal com tal periodicidade. Uma possível solução para contornar essa lacuna consiste na tentativa de avaliar a presença de ciclos políticos a partir da popularidade do presidente com o uso de um modelo de dados em painel. Considerando que os dados de popularidade se expandem naturalmente com o tempo e a potencial importância da política fiscal na popularidade do presidente, incluem-se tais questões como tópicos importantes na agenda de pesquisa futura.

MACROECONOMIC DETERMINANTS OF PRESIDENTIAL POPULARITY: AN ANALYSIS UNDER THE ELECTORAL POLITICAL CYCLES OF OPTICS (2003-2010)

Abstract

This paper aims to test the relationship between the president's popularity and some macroeconomic variables from the perspective of political business cycles. The choice of macroeconomic variables was based on Harrison and Marsh (1998) (for interest rate), Carlsen (2000) (for unemployment) and Chang, Hsieh and Ying (2009) (for GDP). The test is performed using data from 2003 to 2010 considering VAR methodology. Our results suggest that unemployment rate and interest rate (Selic) can be negatively associated with government popularity. The result for the unemployment rate can be seen in Carlson (2000) whereas the interest rate finding is distinct from Harrison and Marsh (1998) (the authors found no evidence in this regard). But the relationship between GDP growth and government popularity can be positive as seen in Chang, Hsieh and Ying (2009).

Keywords: Political business cycles; Popularity; VAR.

Referências

- ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 102, n. 3, p. 651-678, 1987.
- ALESINA, A.; SACHS, J. Political parties and the business cycle in the United States, 1948-1984. *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 20, n. 1, p. 63-81, 1988.
- ALESINA, A.; COHEN, G.; ROUBINI, N. Macroeconomic policy and elections in OECD democracies. *Economics and Politics*, v. 4, p. 1-30, 1992.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Base de dados. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2011.
- BARRO, R. J.; GORDON, D. B. Rules, discretion and reputation in a model of monetary policy. *Journal of Monetary Economics*, v. 12, n. 1, p. 101-121, 1983.
- BECK, N. Parties, administration, and American macroeconomic outcomes. *American Political Science Review*, v. 76, n. 1, p. 83-93, 1982.
- _____. The economy and presidential approval: an information theoretic perspective. In: NORPOTH, N.; LEWIS-BECK, M.; LAFAY, J.-D. (Ed.). *Economics and Politics: the calculus of support*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.
- BOROOAH, V.; BOROOAH, V. Economic performance and political popularity in the Republic of Ireland. *Public Choice*, v. 67, n. 1, p. 65-79, 1990.
- CARGILL, T. F.; HUTCHISON, M. M. Political business cycles with endogenous election timing: evidence from Japan. *Review of Economics and Statistics*, v. 73, n. 4, p. 733-739, 1991.
- CARLSEN, F. Unemployment, inflation and government popularity – are there partisan effects? *Electoral Studies*, v. 19, n. 2-3, p. 141-150, Feb. 2000.
- CHANG, C. P.; YING, Y. H.; HSIEH, M. C. Impact of macroeconomic conditions on government popularity: an ecowas investigation. *South African Journal of Economics*, v. 77, p. 1, 2009.
- CNI. Série histórica pesquisa CNI/Ibope de avaliação do governo. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>>. Acesso em: 15 fev. 2011.
- DICKEY, D.; FULLER, W. Distribution of the Estimators for Autoregressive Time Series with a Unit Root. *Journal of the American Statistical Association*, Alexandria, v. 74, n. 366, p. 427-431, 1979.
- DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper-Row, 1957.
- EVIIEWS. *Econometric Views for Windows*, Version 6.0. (QMS) Quantitative Micro Software. Irvine-California, 2007.
- FIALHO, T. M. Ciclos políticos: uma resenha. *Revista de Economia Política*, v. 19, n. 2, p. 131-149, 1999.

GINSBURGH, V.; MICHEL, P. Random timing of elections and the political business cycle. *Public Choice*, v. 40, n. 2, p. 155-164, 1983.

HARRISON, M. J.; MARSH, M. A re-examination of an Irish government popularity function. *Public Choice*, v. 94, n. 3-4, p. 367-383, 1998.

HAYNES, S. E.; STONE, J. An integrated test for electoral cycles in the US economy. *Rev. Econ. Stat.*, v. 71, n. 3, p. 426-434, 1989.

HIBBS, D. Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977.

IPEADATA. Base de dados. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

KYDLAND, F. E.; PRESCOTT, E. C. Rules rather than discretion: the inconsistency of optimal plans. *Journal of Political Economy*, v. 85, n. 3, p. 473-491, 1977.

LEWIS-BECK, M. S.; STEGMAIER, M. Economic determinants of electoral outcomes. *Annual Review of Political Science*, v. 3, p. 183-219, 2000.

LÜTKEPOHL, H. *Introduction to multiple time series analysis*. New York: Springer-Verlag, 1991.

MACRAE, D. A political model of the business cycle. *Journal of Political Economy*, v. 85, n. 2, p. 239-263, 1977.

NORDHAUS, W. The political business cycle. *Review of Economic Studies*, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

PERSSON, T.; TABELLINI, G. *Macroeconomic policy, credibility, and politics*. Chur, Switzerland: Harwood Academic Publishers, 1990.

PREUSSLER, A. P. S.; PORTUGAL, M. S. Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. *Análise Econômica*, v. 21, n. 40, p. 179-205, 2003.

PRICE, S. Political business cycles and macroeconomic credibility: a survey. *Public Choice*, v. 92, n. 3-4, p. 407-427, 1997.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, v. 80, n. 1, p. 21-36, Mar. 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. *The Review of Economic Studies*, v. 55, n. 1, p. 1-16, Jan. 1988.

SANDERS, D. The real economy and the perceived economy in popularity functions: how much do the voters need to know? *Electoral Studies*, v. 19, n. 2, p. 275-294, 2000.

SARGENT, T. J.; WALLACE, N. Rational expectations and the theory of economic policy. *Journal of Monetary Economics*, v. 2, n. 2, p. 169-183, 1976.

SCHUKNECHT, L. Political business cycles and fiscal policies in developing countries. *Kyklos*, v. 49, n. 2, p. 155-170, 1996.

SIMS, C. Macroeconomics and reality. *Econometrica*, Illinois, v. 48, n. 1, p. 1-48, 1980.

TUFTE, E. *Political control of the economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1978.